"[...] A DIFERENÇA ENTRE REDATOR E LEITOR SE DESMANCHA QUANDO O LEITOR SE TORNA AUTOR, GRAÇAS ÀS CARTAS DOS LEITORES": AS NARRATIVAS DOS CORRESPONDENTES DO DIARIO DE PERNAMBUCO, A JUSTIÇA É CEGA, MAS LÊ.

João Paulo Pedro dos Santos
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP
paulofwn@yahoo.com.br

O crescente volume de pesquisas com jornais impressos não se deve exclusivamente a área de História; outras disciplinas como a literatura, gramática, geografia, e as ciências políticas e sociais, também são responsáveis pela valorização do periódico como fonte e objeto de pesquisa. De fato, muitos pesquisadores buscam reafirmar suas convicções através de recortes textuais fora da realidade conjuntural em que foram escritos, mas, passou a ser um meio de pesquisa com metodologia e diretrizes de análises próprias. (LUCA, 2006, p.111 e 112).

Na obtenção de um bom desempenho na pesquisa, Sandra Jatahy Pesavento[1], em *História & História Cultural* (2005), alerta para as novas práticas de análise após a grande crise de paradigmas que assolou o Brasil nas últimas décadas do século XX. Com o advento da Escola dos Annales, a História enquanto ciência abriu-se a novos horizontes de pesquisa, diversificando e experimentando com diferentes tipos de fontes, dentre as quais o jornal passou a ser aceito cada vez pela comunidade acadêmica, na medida em que os manuscritos passaram a ser revisitados sob novos olhares analíticos, resultando numa verdadeira "revolução documental". A autora ainda chamou a atenção para alguns cuidados básicos em relação ao jornal como fonte documental:

> Em se tratando da escrita/produção, o historiador lança as perguntas sobre quem fala e de onde fala, ao enfocar o texto propriamente dito, o que se fala

[1]A autora retrata que no Brasil, no final dos anos 1980, uma forte corrente marxista ainda imperava no mundo acadêmico, desde os tempos pioneiros de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré. Embora já tínhamos pesquisas que alinhava a metodologia da *Escola dos Annales*. PESAVENTO, 2005. p. 10, 11.

> e como se fala e na análise da recepção, a questão jogada pelo historiador será discutida para quem se fala (PESAVENTO, 2005, p.70).

Para Peter Burke, “se os historiadores estão mais preocupados do que seus antecessores com uma maior variedade de atividades humanas, devem examinar uma variedade maior de evidências” (1992, p.14).

Se como diria Bourdieu, a “publicação é o ato de oficialização por excelência” (2004, p. 103), no caso das publicações aparecidas no Diario de Pernambuco, além de gozar desse foro de homologação que as tintas lhe conferiam, o próprio periódico era por si só tido como espaço privilegiado das notícias oficiais.

Fundado em 1825, por Antônio José de Miranda Falcão, a primeira edição do Diario saiu no dia 7 de novembro, com o formato de 24 ½ x 19 centímetros, dividido por duas colunas em cada uma das quatro páginas que o compunham (NASCIMENTO, 1968, p. 21). De acordo com esse exemplar, sua proposta inicial visava anunciar diariamente, exceto aos domingos, os acontecimentos da cidade do Recife.

Pouco tempo depois, precisamente a partir de janeiro de 1831, a tipografia passou a receber correspondências e anúncios de assinantes sem custo adicional, desde que indicasse o endereço de moradia. Os anúncios resumidos e entregues até o meio dia eram publicados na mesma data de seu recebimento. E em maio do mesmo ano foram acrescidos anúncios diversos abertos não apenas aos assinantes (NASCIMENTO, 1968, p. 31).

Em 3 de fevereiro de 1835, o Diario passou para os domínios da firma Pinheiro & Faria, anunciando em artigo que a nova direção era patriótica e atenta ao zelo da causa pública, promovendo a prosperidade e a civilização com imparcialidade. Conforme essa publicação, a partir de então suas páginas ficaram livres a todas as correspondências que lhe fossem endereçadas, desde que tratassem da manutenção da ordem social e/ou de censura, à prevaricação dos empregados, devidamente legalizadas e sob a responsabilidade dos seus autores. Por outra parte permaneciam os anúncios e as correspondências particulares conforme a antiga prática (NASCIMENTO, 1968, p. 34, 35).

Ainda no ano de 1835, o Diario de Pernambuco se fusionou com o Diario da Administração Pública, tornando-se órgão oficial do governo provincial.[2] A nova direção logo tratou de divulgar suas diretrizes, sem deixar de reforçar a suposta imparcialidade em relação aos conteúdos publicados. A união dos periódicos não interferiu nas correspondências, nem nos comunicados dos assinantes, desde que estes fossem escritos em termos respeitosos e de acordo com a lei[3] (NASCIMENTO, 1968, p. 36, 37).

> Um editorial da edição de 29 de julho chamava a atenção dos "correspondentes" contra os excessos da linguagem usada contra a reputação alheia. Daí porque deixava de divulgar muitas correspondências, das quais pouco ou nenhum proveito se poderia tirar. A liberdade de imprensa não podia ser ultrapassada pela "impetuosidade das paixões". Depois de alguns conselhos aos "escritores" inflamados, concluiu: "...nós que pensamos do outro modo; que temos em uma mão a lei natural, que nos manda procurar o nosso sossego e boa fama, estamos dispostos a que o nosso jornal não seja o veículo por onde corra a peçonha da intriga, da maledicência e da imoralidade". (NASCIMENTO, 1968, p. 40)

Conforme vimos demonstrando, desde pelo menos o ano de 1831, existe uma prática de envio de correspondências e anúncios que, se ao princípio se reservava única e exclusivamente aos assinantes, além de circunscrever a assuntos da capital, paulatinamente passou a alargar os horizontes, ao contemplar também notícias recebidas do interior, enviadas por espécies de correspondentes mais ou menos oficiais, à medida que o jornal ia alcançando uma maior circulação.

Neste processo foi muito importante o desenvolvimento dos correios, já que para atender a demanda de assinantes em longínquas localidades e ampliar dessa forma a circulação do jornal pelo interior da província, se fazia essencial expandir e melhorar os serviços postais. Conforme Nascimento, em edição de 1852, o Diario de

---

[2] Em nosso caso vale ressaltar que o Diario não foi órgão oficial do governo provincial no período de julho de 1863 até março de 1864. (NASCIMENTO, 1968, p.36)

[3] Lei de 16 de dezembro de 1830 tratou de regular o uso devido da imprensa. Dentre as normas, ressaltamos: o local destinado aos impressos, que deveria ser registrado na Câmara da cidade ou vila, com o nome do proprietário e o endereço do estabelecimento; imprimir sem constar os dados da oficina, como o nome do responsável e o endereço, ou ainda, falseá-los incorria em pena de confisco de todos os exemplares e multa. Outra maneira de fiscalizar a informação veiculada foi o dever de remeter ao promotor um exemplar do escrito, ou obra impressa, no dia da publicação, e distribuição, sendo punível com multa quando esta determinação era descumprida.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 18 abr. 2018.

Pernambuco publicizou as “bases da criação de ‘correios para todos os pontos do interior da província, os quais por sua população tornam-se importantes e dignos de participarem dos benefícios da imprensa periódica’” (1968, p. 54).

Acreditamos que a expansão do raio de circulação do Diario de Pernambuco não somente incitou como também facilitou o surgimento de um exercício correspondente assumido por alguns homens de letras. A exercício ou prática correspondente nos referimos precisamente às correspondências, cartas e notícias enviadas majoritariamente por assinantes a fim de se publicarem em suas páginas. Muitas delas davam conta dos (in)sucessos ocorridos nas comarcas pernambucanas, atentando para o estado de civilização de vilas e cidades ao descrever suas impressões sobre a cultura, costumes, política e o desenvolvimento econômico local.

Para fazermos uma ideia da extensão dessa prática, realizou-se uma leitura detida e um levantamento exaustivo dessas cartas, notícias e correspondências ao longo de dez anos entre 1850 e 1870 (1850, 1853, 1854, 1857, 1860, 1863, 1864, 1867, 1869 e 1870), excetuando aquelas encaminhadas ao jornal sobre a Comarca de Recife. Os espaços dedicados no jornal a essa prática correspondente, resume-se a quatro colunas do Diario de Pernambuco (DP), a saber: Comunicados (COM), Correspondências (COR), Pernambuco (PE) e Publicações a pedido (PP). Também nos utilizamos de correspondências replicadas em outros jornais de Pernambuco, para melhor compreensão das cartas noticiadas no Diario, a exemplo do que se apregoava no O Liberal (OL) e A Provincia (AP).

Analisando o *The New York Times*, Darnton faz notar as combinações, os arranjos e os jogos de interesses por trás da notícia. Mesmo um periódico com perfil político/social definido pode *enganar*, se não compreendido sua composição tecida através de relações de poder, e que a qualquer momento pode tornar-se parcial sobre um determinado tema. Por essas razões, recomenda uma leitura atenta e a contrapelo (1990, 41-57), cuidados que procuraremos observar ao tratarmos das correspondências publicadas no Diario de Pernambuco.

No Beijo de La Mourrett, precisamente no capítulo “Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica”, Darnton afirma que o grande público leitor não é, ao

contrário do que se costuma pensar, o termômetro dos textos publicados, mas sim os próprios pares da redação. Esse processo de afirmação, com caráter competitivo, entre os colegas de trabalho, revela-se de várias formas: através do setor de trabalho do jornalista, o tipo de reportagem, a relevância da matéria, a localização em que é publicada a notícia, passando por quem ficou com os melhores trabalhos, etc. Conforme o autor, tudo isso constitui "um mapa, que os jornalistas aprendem a ler e a comparar com seus mapas mentais da seção de Cidades, num esforço de saberem onde se situam e para onde estão indo" (DARNTON, 1990, p. 42).

Embora os correspondentes do Diario de Pernambuco não tenham compartilhado fisicamente os espaços de redação, não sendo nem funcionários ou contratados do periódico, isso não isenta nem diminui, por outra parte, o caráter competitivo que havia entre eles para se fazer com um espaço de publicação no impresso.

Longe ainda de certa especialização quanto ao ofício jornalístico ou de repórter, sabemos que bacharéis, advogados, magistrados, oficiais das forças de segurança e uma plêiade de homens alfabetizados e minimamente acomodados, se dedicavam a tomar a pena para disputar algumas colunas no principal periódico da província. Prática que, segundo tudo indica, viu-se incentivada com a criação de "[...] correios para todos os pontos do interior da provincia, os quaes por sua população tornam-se importantes e dignos de participarem dos beneficios da imprensa periódica [...]." (DP, 02/01/1852, p. 2).

Lido pelas autoridades e estratos mais populares, os jornais se constituíam em autênticas plataformas de prestígio, pois davam visibilidade e contribuíam para aumentar o capital simbólico desses homens de letras, desejosos por projetarem seus nomes e carreiras públicas, a partir da notoriedade social e política que lhes conferia a publicação de impressões diversas sobre suas localidades, ou, por tecer críticas contra desafetos e defesas a favor de amigos e confrades políticos.

No jornal em análise, observou-se que era tamanha a importância dada às notícias veiculadas pelos pares, e não somente aos que publicavam no Diario de Pernambuco, que resguardar a identidade dos correspondentes fazia parte da disputa pela legitimidade do espaço ocupado e do exercício correspondente, ao

mesmo tempo que sua revelação representava um ataque, intimidação e/ou reproche direto ao desafeto.

Um ótimo exemplo do que se está tratando pode extrair-se de uma carta enviada ao Diario, datada em 15 de janeiro de 1869, assinada pelo correspondente "C. C.", quem, pelo que se desprende da publicação, tinha recentemente assumido a direção do partido conservador em Nazaré. Nesta carta, depois dos agradecimentos de praxe e de expor a forma como atuaria ante acontecimentos do passado, não querendo tratar de assuntos polêmicos, tristes e ofensivos ocorridos na política local, "C. C." tocou em um fato então recentemente sucedido que envolvia o "Sr. Dr. Coutinho, commandante superior e exdelegado desta comarca".

Conforme a narrativa, no trajeto de seu engenho para a cidade de Nazaré, o citado Dr. Coutinho foi alvejado com dois tiros, sendo que apenas um o acertara, resultando levemente ferido. Em seguida surgiram especulações sobre a autoria do atentado atribuindo-o ao partido conservador, conforme as palavras do referido correspondente, que sai visivelmente em defesa de seus correligionários, afirmando que a acusação não passava de uma "estulta invenção" de "alguns visionarios da opposição, empenhados em dar corpo e forma as sombras mais vagas e fugitivas do crime para transforma-lo em um attentado político" (DP, PE, 21/01/1869, p. 1-2).

"C. C.", não obstante, evita atribuir o atentado ao partido liberal em si, alegando estar "composto em sua grande maioria de pessoas distinctas", mas não poupa a tinta em relação ao correspondente "O jardineiro de Nazareth", justamente por ter este acusado o partido conservador local como autor do sucesso. Extremamente injuriado com as mencionadas afirmações, "C. C." diz que o citado "O jardineiro de Nazareth" se tratava na verdade do juiz municipal, João Baptista do Amaral e Mello, membro do partido liberal.[4]

Como era muito comum nesses casos, o chefe local dos conservadores incitava o autor das acusações que saísse do anonimato: "Se o Sr. Dr. Amaral quer ser tratado com attenções dispa-se do manto em que se envolve, não tinja as faces; a mentira é sempre nociva":

[4] O nome do Dr. João Baptista do Amaral e Mello aparece na lista dos eleitores liberais de Nazaré (AP, 10/08/1878, p. 1).

> Essa idéa só pode caber na cabeça vazia do Jardineiro, é uma de suas facecias[5]; e sem tocar em nenhuma dellas quero fazer-lhe ainda um serviço com um leve traço critico sobre as fórmas ridicu-las com que escreve.
> O Jardineiro só cultiva cardos[6], e as flôres que delles brotam, não tem coloridos, nem delicadeza, não tem perfumes, e em torno de seus cálices varios a mais deligente abelha em vão sussurraria sugar-lhes o mel.
> Pintando fielmente as flôres do Jardineiro, não é minha intenção condemnar o ridiculo, que sendo bem manejado, produz effeitos mui salutares, corrige os costumes, os erros de linguagem, o desaso[7] nas maneiras, abranda a aspereza das paixões, desterra os vicios. A sua voz desapparecem os dandys[8], os pedantes, as mulheres sabias, as preciosas ridiculas; e muito outros defeitos de espirito e corações, não quero por tanto priva-lo de sua arma favorita (DP, PE, 21/01/1869, p. 2).

Passados quase seis meses da acusação de "C. C." de que Amaral e Mello era na verdade o "O jardineiro de Nazareth", outra correspondência publicada no Diario, assinada pelo "O inimigo do crime e da calumnia", retoma quase no mesmo tom as críticas vertidas pelo primeiro, embora não revelando a identidade do segundo. Neste caso, o referido correspondente acusa "O jardineiro" pelo achincalhamento de seus "dignos amigos":

> O *jardineiro*, escriptor d'aqui para o periodico *Liberal*, continúa qual cão damnado a abocanhar as illibadas reputações dos nossos dignos amigos, o promotor publlico Dr. Manoel Barata de Oliveira Mello, o commandante do batalhão nº 18 tenente-coronel José Cabral de Oliveira Mello, e major Affonso de Hollanda Albuquerque Maranhão; porém estes illustres cavalheiros, tranquillos em suas consciencias por suas maneiras de obrar inteiramente pantadas pela boa razão, desprezam as avançadas hydrophobicas e de emboscada, que lhes dá aquelle covarde escriptor, que não tem a coragem precisa para assignar o seu nome nos escriptos que rabisca para o *Liberal*, para que então se lhe podesse mandar responder convenientemente por um seu igual. (DP, PP, 18/06/1869, p. 2).

---

[5] "Particularidade ou característica de faceto. Dito repleto de zombaria; chacota". Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 1 nov. 2018.
[6] "Nome comum a várias plantas com folhas e hastes espinhosas, da família das compostas, dos gêneros *Carduus, Cirsium, Centaurea*: cardo-comum, cardo-de-costela, cardo-do-campo". Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 1 nov. 2018.
[7] "Falta de destreza, habilidade. Negligencia. Falta de aso, opportunidade, occasião de fazer alguma coisa". (SILVA, 1789, p. 550). Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario>. Acesso em: 1 nov. 2018.
[8] "Aquele que se veste elegante e requintadamente. [Por Extensão] Janota; quem se veste ou tem um comportamento afetado e excessivamente delicado. Etimologia (origem da palavra *dândi*). Do inglês dandy". Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario>. Acesso em: 1 nov. 2018.

Desta vez, as divergências políticas reaparecem a partir do julgamento de Emiliano, chamado pelo "O inimigo do crime e da calumnia" de "celebre faccinora", "autor do mortífero espancamento do honesto cidadão" Antonio de Moura Barbosa Cordeiro. Conforme sua narrativa:

> preso pelo 2º juiz municipal supplente o Dr. José Jeronymo Pacheco de Albuquerque Maranhão, fôra julgado improcedente pelo 1º juiz municipal supplente cujo julgado fôra sustentado pelo juiz municipal effectivo o Dr. João Baptista do Amaral e Mello, do que recorreu o promotor publico Dr. Manoel Barata de Oliveira Mello para o juiz de direito Dr. João Paulo Monteiro de Andrade, que reformando a data e sustentada despronuncia, pronunciou no referido artigo a Emiliano, e seu cumplice Antonio de Albuquerque Mello, conhecido por Tôta, que estando preso por este crime, fôra solto por habeas-corpus concedido pelo juiz de direito interino Dr. Amaral e Mello (DP, PP, 18/06/1869, p. 2).

O caso de Emiliano deve ter tomado uma repercussão importante e acirrado os ânimos entre liberais e conservadores em Nazaré, pois até mesmo o famoso sogro de Amaral e Mello, Dr. Antonio Borges da Fonseca[9], tomou cartas no assunto, vindo pessoalmente de Recife "para se encarregar de sua defesa" (DP, PP, 18/06/1869, p. 2). Deve-se acrescentar que o promotor Dr. Manoel Barata de Oliveira Mello era desafeto do juiz municipal, ou seja, o próprio bacharel João Baptista do Amaral e Mello (OL, 20/05/1870, p. 2).

Enquanto figura política e correspondente oficial de Nazaré no O Liberal, não estranha que Amaral e Mello também continuasse aparecendo nas páginas do Diario de Pernambuco, onde, por certo, quando publicava, costumava assinar sem

[9] Antônio Borges da Fonseca, também conhecido como o Republico, nasceu na Paraíba em 1808 e faleceu em Nazaré da Mata, região da mata norte da província pernambucana, no dia 9 de abril de 1872, em casa de sua filha Ana, esposa do bacharel João Baptista do Amaral e Mello. Antônio é fruto da relação de um jovem aristocrata rural paraibano com uma índia, e entre seus ascendentes paternos destacam-se governadores da Paraíba e do Ceará. Fez os estudos secundários no Seminário Episcopal de Olinda, lugar em que foi introduzido, ao que tudo indica, nos ensinamentos da língua francesa, bem como na leitura de autores iluministas, com especial atenção às obras de Rousseau. Sua formação se deu em meio a contendas militares e políticas da família paterna no Recife e embora muito jovem pode ver as revoltas e manifestações que conduziram o Brasil à independência e o processo de afirmação do Primeiro Reinado. No ocaso da regência tornou-se um dos protagonistas da Revolução Praieira de 1849. Considerado "republicano exaltado" (SACRAMENTO, 1883, p. 118), fez dos jornais sua principal tribuna. Vários periódicos lhe são atribuídos, como, por exemplo: *A Abelha Pernambucana*, *A Tesoura*, *O Repúblico*, *O Publicador Paraibano*, *O Correio do Norte*, *O Nazareno, O Regenerador Brasileiro*, *O Verdadeiro Regenerador*, *O Espelho*, *O Verdadeiro*, *O Eleitor*, *O Tribuno*, *A Revolução de Novembro de 1852, O Prometeu*, *O Constituinte*, etc. (MELO, 1979, p. LIX-LXXVII; BLAKE, 1883. p. 118-119; NABUCO, s/d, p. 379-388; SANTOS, 1995).

pseudônimos.[10] Em 21 de maio de 1870, por exemplo, escreveu um correspondente de Nazaré que: “Debaixo da capa do anonymo conhece-se perfeitamente que a alma do escripto que, no *Liberal* de hontem 20 do corrente, foi publicado sob o título de NAZARETH, é a alma, do juiz municipal daquelle termo, bacharel João Baptista do Amaral e Mello.” (DP, PP, 21/05/1870, p. 2).

Escrita por Edgardo em nome dos amigos do Dr. Engenheiro João Bezerra de Mello[11], “á quem se quis enxovalhar”, criticou-se o teor das acusações e comentários considerados desqualificadores – supostamente de autoria de Amaral e Mello – em decorrência de um desentendimento que, através das correspondências, só fica inteligível para os envolvidos na querela, mas que, segundo parece, se aviva ainda mais pela crítica realizada pelo “O Moleiro” (OL, COR, 03/06/1870, p. 2-3) ao fato de Bezerra de Mello levar então quatro anos como interino à frente de um cargo – o de condutor – que dependia para ser exercido da prestação do exame de habilitação realizado pelos pares.[12] Novamente, o que importa mostrar é que tais insultos e desdéns são atribuídos ao citado bacharel, embora no número do O Liberal do dia 20 de maio de 1870, a carta mencionada viesse assinada com o pseudônimo “O Moleiro”: “O seu estyllo, sempre eivado de odiosidades, a sua Penna, sempre molhada na tinta mil vezes negra do ridiculo offensivo, deixa-se advinhar sob a esfarrapada capa de um pseudonymo, que até certo ponto assenta no Sr. bacharel Amaral” (DP, PP, 21/05/1870, p. 2).[13]

---

[10] Veja-se, por exemplo: (DP, COM, 27/02/1862, p. 2); (DP, COR, 07/08/1865, p. 2); (DP, COM, 28/02/1866, p. 1, 2); (DP, PP, 24/09/1867, p. 2); (DP, COM, 04/01/1868, p. 2).

[11] Membro do partido conservador (DP, PP, 15/10/1869, p. 2), que em 3 de agosto de 1870 é nomeado chefe do 3° distrito de obras públicas da província, com sede em Pau d’Alho (DP, 04/08/1870, p. 1).

[12] O caso pode ser acompanhado por meio dos números: (DP, PP, 02/05/1870, p. 2), (OL, COR, 20/05/1870, p. 2), (DP, PP, 21/05/1870, p. 2), e (OL, COR, 03/06/1870, p. 2, 3).

[13] João Baptista do Amaral e Mello nasceu no dia 1 de fevereiro de 1833, filho de João Baptista do Amaral e Mello e Maria Thereza Lynch e Mello. Neto paterno de José Thomas de Mello e Anna Joaquim de Torres e materno de Domingos Lynch e Victoria Lynch. Foi batizado no Rio de Janeiro em 11 de julho de 1835, tendo como padrinhos Joaquim Francisco de Mello Cavalcante (através de procuração) e Victoria Lynch. (AFDR, Livro de certidões de idade 1851-1853). Após colar grau de bacharel na Faculdade de Direito do Recife, em 21 de dezembro de 1857 (BEVILÁQUIA, 2012, p. 135), Amaral e Mello compartilhou escritório de advocacia com o sogro, Dr. Antônio Borges da Fonseca (DP, 28/06/1859, p. 3; DP, 04/07/1861, p. 5), e em 1863 passou a ocupar o cargo de juiz municipal e de órfãos do termo de Flores (DP, 06/08/1863). Considerado “liberal de princípios” (DP, COR, 18/07/1865, p. 2), solicitou licença para alistar-se como voluntário da pátria (DP, PE, 26/09/1865, p. 2), pedido atendido pelo Presidente da Província, que lhe concedeu três meses de licença com vencimentos (DP, 06/10/1865, p. 1). Por conta de sua participação na Guerra do

Ao recorrermos ao número do O Liberal citado, de 3 de junho de 1870, observamos que também o tal Edgardo se tratava de um pseudônimo. Deve-se, portanto, perceber os jornais como ringues onde a luta se travava com a pena e os nocautes com a gravidade e eloquência da letra impressa. E quando os contendentes demonstravam querer chegar as vias de fato, inclusive o convite se fazia por escrito: "O Edgardo do *Diario* [segundo "O Moleiro"] só parece terrivel na defeza do seu querido *Pão-Duro* [Dr. Engenheiro João Bezerra de Mello] porque a defeza é escripta".

> O pseudo Edgardo conhece o Moleiro que bem conhece o presumido Edgardo. O Moleiro espera tranquilo o encontro para o *ajuste das segundas contas* e compromette-se a conseguir o erro e ensinar o systema de contas em que tira a prova na tromba de Edgardo, escrevendo-lhe na fronte não *com a vara de canna da India*, mas com tenue junco do Brasil as letras que compõe a palavra COVARDE! (OL, COR, 03/06/1870, p. 2).

Outro caso envolvendo "O Moleiro" do O Liberal, nas correspondências-réplicas publicadas no Diario de Pernambuco, apareceu neste jornal em seu número do dia 28 de maio de 1870, através de uma carta assinada dessa vez com o pseudônimo "O formigão". Este último, saindo em defesa do promotor público de Nazaré, Dr. Manoel Barata de Oliveira Mello, "infame e miseravelmente caluniado" pelo "O Moleiro" (DP, PP, 28/05/1870, p. 2), diz que:

> O senhor Moleiro reside na cidade de Nazareth, e a posição que occupa é digna certamente de melhor gente.
> Diz o Moleiro que o Dr. Barata é transfuga do partido ligueiro e procura ainda armar-lhe outras intrigas.
> Não perderei o meu tempo em responder a essas mentiras. Ellas nada prejudicam ao Dr. Barata, que é bem conhecido por algumas das pessoas, cujos nomes foram indicados pelo infame Moleiro (DP, PP, 28/05/1870, p. 2).

Ao que se depreende dos comentários do "O Moleiro", a intriga tinha origem no flerte de Oliveira Mello com o partido liberal. "O Moleiro" acusava-o de

---

Paraguai recebe a patente de capitão (DP, 27/11/1865, p. 1), e no ano seguinte, a pedido seu, é removido do termo de Flores para o de Nazaré (DP, 01/06/1866, p. 3). Ainda sobre a sua participação como voluntário da pátria, ele mesmo comenta: "Nomeado capitão de voluntarios da patria em 23 de novembro de 1865, deixei o exercicio do cargo de juiz de direito interino da comarca de Flores, no dia 4 de dezembro do mesmo anno, para assumir o commando da minha companhia, e desde então meus serviços como voluntario estiveram á disposição das autoridades policiaes, que antes me eram subordinadas; capturei criminosos notaveis, como diz o *Diario do Recife* de 4 de janeiro; prendi individuos aptos para servir no exercito" (DP, COM, 28/02/1866 p. 1).

oportunismo, ao ponto de compará-lo às “moscas que pousam em todas as mezas” (OL, COR, 19/05/1870, p. 2).

Nem sempre é fácil averiguar os motivos que levavam à instrumentalização dos periódicos, mas como observa-se, desavenças motivadas por diferenças políticas podem estar por trás de muitas dessas cartas.

Valendo-nos, novamente, de Darnton, lembremos que a fronteira entre o escritor e o leitor se borra facilmente conforme se intensifica a interação entre eles, quando, por exemplo, a notícia aborda assuntos específicos, de interesse mútuo, ou, por pertencerem ambos ao mesmo grupo profissional, se não à mesma classe social. Talvez nem sempre, mas com grandes chances de acerto, podemos afirmar que muitos dos correspondentes, antes de assumir o papel de *escritor*, encontravam-se comodamente na posição de *leitor*. Ou, como diria Freyre, “[...] a diferença entre redator e leitor se desmancha quando o leitor se torna autor, graças às cartas dos leitores” (FREYRE, 2012, p. 84). Assim, pode-se dizer que, de fato, esses correspondentes tinham mais a dizer e preocupar-se com seus pares correspondentes, do que realmente com o “grande público leitor” (DARNTON, 1990, p. 50).

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Monteiro – São Paulo: Brasiliense, 2004.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

DARNTON, Robert. **O beijo lamourette**: Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX:** tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do Século XIX, de característicos de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado. Apresentação de Alberto da Costa e Silva 1ª edição digital, São Paulo, 2012.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em 24 out. 2018.

Lei de 16 de dezembro de 1830. **Codigo Criminal do Imperio do Brazil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 18 abr. 2018.

LUCA, Tânia Regina de (2006). **"Historia dos, nos e por meio dos periódicos"**, in: Pinsky, C. (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto.

NASCIMENTO, Luiz do. **Historia da Imprensa em Pernambuco**. Vol. I. Recife, Universidade Federal de Pernambuco: Imprensa Universitária, 1968.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa.** Vol. 1. Rio de Janeiro. Editora Imprensa Literária Fluminense, 1821. Disponível em http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/tipo/todos. Acesso em 12/04/2018.